

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.333.337 - SP (2018/0185557-5)

RELATOR : **MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**
AGRAVANTE : **ROBERTO SOUZA GOMES**
ADVOGADOS : **WILSON MIGUEL - SP099858**
TATIANA ZONATO ROGATI - SP209692
DANIELA VILLARES DE MAGALHÃES GOMES - SP250739
SANDRA MARIA FONTES SALGADO E OUTRO(S) -
SP327462
AGRAVADO : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGOU SEGUIMENTO COM BASE NO ARTIGO 543-B, § 7º, I DO CPC/1973. DECISÃO IMPUGNADA POR INTERMÉDIO DO AGRAVO INTERNO. CABIMENTO. MULTA PROCESSUAL AFASTADA. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DO SEGURADO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento ao Recurso Especial, fundado nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da Constituição Federal, interposto contra acórdão do TRF da 3a. Região que entendeu o recurso interposto pelo Segurado manifestamente protelatório, configurando litigância de má-fé, nos termos do art. 17, IV, V e VII, do CPC/1973.

2. Nas razões do Apelo Especial inadmitido, o Segurado defende o afastamento da multa, vez que na hipótese dos autos não há comprovação do dolo processual em perturbar o trâmite do feito.

3. É o relatório.

4. O que se verifica é que a Corte de origem impôs multa por litigância de má-fé em razão de interposição de Recurso que se volta contra desce fixada em Recurso Extraordinário repetitivo.

5. De fato, esta Corte vem entendendo pela desnecessidade de aplicação de multa por litigância de má-fé quando o recurso ajuizado pela

Superior Tribunal de Justiça

parte tem por finalidade garantir o acesso às instâncias superiores. Entendendo esta Corte a viabilidade de apresentação de Agravo Interno em casos como o dos autos, o que não justifica a aplicação da multa, não implicando ato atentatório contra a dignidade da Justiça, ou ato protelatório.

6. Em verdade, a parte se utilizou do instrumento processual adequado. A multa aplicada pelo Tribunal *a quo* deve ser retirada.

7. No mesmo sentido: AgRg no AREsp. 1.008.294/SP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 9.11.2016; AgRg no REsp. 1.008.165/SP, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, DJe 21.11.2016; AgRg no REsp. 1.027.260/SP, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 12.12.2016; AgInt no REsp. 1.016.934/SP, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, DJe 9.3.2017; AgInt no REsp. 1.0008.541/SP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 22.3.2017; AgInt no Agr em REsp. 1.0008.558/SP, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 22.3.2017.

8. Nestes termos, se conhece do Agravo para dar provimento ao Recurso Especial do Segurado, excluindo a multa por litigância de má-fé fixada na origem.

9. Publique-se.

10. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR